



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638847 - MT (2021/0002635-7)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
CID DE CAMPOS BORGES FILHO - MT005342  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**PACIENTE** : WILLIAN DA SILVA CAVALCANTI (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILLIAN DA SILVA CAVALCANTI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (Apelação Criminal n. 0000691-72.2019.8.11.0064).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime inicial semiaberto e de multa, em razão da prática do crime previsto nos arts. 33, *caput*, c/c 40, inciso III, ambos da Lei n. 11.343/06.

O impetrante sustenta que o paciente faz jus à causa especial de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, haja vista a ausência de indícios que demonstrem a dedicação ao tráfico de drogas ou participação em organização criminosa, além de que é primário e possuidor de bons antecedentes, mormente porque a existência de ação penal em curso não tem o condão de obstar dito benefício.

Requer, liminarmente, seja reformado o aresto impugnado para reconhecer o tráfico privilegiado ao paciente, redimensionando-se a pena. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente